

ANEXO II

Edital 003/2017

Teste Seletivo: Cargo Assistente Social

10/04/2017

Nome: _____

CPF: _____ Data de Nascimento: _____

A prova terá duração de três horas, iniciando as 09h e terminando as 12h.

A prova contém 10 questões objetivas de nível específico do Serviço Social e uma questão dissertativa, também específica da área.

A prova deve ser preenchida com caneta azul ou preta.

Ao final terá um gabarito para anotação das respostas que poderá ser destacado e levado.

Todas as questões deverão ser preenchidas na prova e no gabarito no final.

A prova objetiva será valorada de 0 (zero) a 07 (sete) e a dissertativa de 0 (zero) a 3 (três).

A saída da sala só será permitida após uma hora (01h) de prova, os dois últimos candidatos deverão permanecer juntos até o final.

É extremamente proibido o uso de aparelhos eletrônicos. Bolsas e afins serão deixados na parte da frente da sala.

Qualquer problema deverá ser reportado aos membros da comissão, que também serão fiscais no dia da prova.

Boa prova, Boa sorte!

1- Tendo como premissa a posição teórico-metodológica que afirma que o fundamento das profissões é a realidade social em seu movimento histórico e contraditório, o Serviço Social, como profissão na sociedade brasileira, é:

a) resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que o condicionam, lhe atribuem características particulares, moldam sua necessidade social e definem seus usuários.

b) consolidado exclusivamente a partir da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida, trabalho e de políticas públicas sociais que atendessem suas reivindicações.

c) construído numa perspectiva endogenista, sendo que sua origem sustenta-se na evolução, organização e profissionalização das suas protoformas.

d) compreendido como um mero reflexo de concepções elaboradas no exterior: o serviço social europeu e o norte-americano, dando, atualmente, um salto qualitativo na sua prática.

e) entendido a partir de sua identidade atribuída pela classe trabalhadora, estando articulado ao projeto hegemônico vigente.

2- O Capítulo V, do Código de Ética Profissional do Assistente Social, de março de 1993, dispõe sobre o sigilo profissional. Frente a esse aspecto, está posto nos seus artigos que:

a) o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência das relações interpessoais e do exercício da atividade profissional.

b) constitui-se dever do assistente social manter o sigilo profissional e direito do usuário revelar sua história de vida.

c) em trabalho multidisciplinar, só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

d) a quebra do sigilo é admissível nas situações que envolvam fato delituoso, trazendo ou não prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

e) numa equipe multiprofissional, a revelação será feita a todos os membros da equipe envolvidos no atendimento do usuário e sua família.

3- Em um hospital, o Serviço Social é contatado pela equipe de enfermagem, que informa que a mãe de uma das crianças internadas não comparece com a periodicidade necessária para as visitas, e muito menos acompanha a criança durante a noite, o que seria seu direito. A assistente social então convoca a mãe da criança para uma entrevista. Durante o atendimento, esta mãe informa que possui outro filho internado em outro hospital, e que por ter que se dividir entre duas instituições para poder ficar perto dos filhos, acabou perdendo o emprego. No momento, continua visitando ambas as crianças, mas priorizando o outro, cujo estado de saúde é mais grave e inspira maiores cuidados, e que nem sempre comparece às visitas por falta de dinheiro para a passagem. A assistente social então avisa à mãe da criança que fará uma denúncia junto ao Conselho Tutelar por entender que a criança está sendo negligenciada e é seu dever pedir que ela, após a alta, seja encaminhada a um abrigo ou a um lar substituto. Nesse caso, o encaminhamento adotado pela assistente social:

a) representa a solução que a mãe da criança não estava conseguindo tomar, pois estava exausta e não conseguia saber direito como proceder para atender aos seus dois filhos em uma situação de vulnerabilidade social e esgotamento físico e emocional;

b) vai ao encontro das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e ECA, cujas diretrizes e princípios, em primeiro lugar, buscam resguardar a integridade física e mental e os interesses da criança e do adolescente;

c) concorda com os princípios da legislação brasileira para Criança e Adolescente, pois a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para que uma mãe deixe de visitar seu filho, incidindo em prática de abandono e negligência a incapaz;

d) corrobora os ditames neoliberais, notadamente aqueles emanados para o Brasil pelo Consenso de Washington, que preconizam que os indivíduos devem ser responsabilizados por suas próprias escolhas, assim como a mãe, nesta situação, está fazendo, ao optar por um dos filhos;

e) vai de encontro ao preconizado no ECA e pelo CONANDA, pois a falta de recursos materiais por si só não constitui motivo suficiente para afastar a criança ou o adolescente do convívio familiar ou encaminhá-los para serviços de acolhimento.

4- O Estatuto da Criança e do Adolescente completou 24 anos e, apesar de incluída entre as mais modernas legislações do mundo, pouco alterou o quadro de abandono, privação e violência a que milhares de crianças e adolescentes estão submetidos cotidianamente, como o demonstram os cerca de 40 mil abrigados, os quase 20 mil que cumprem medida socioeducativa de internação, os outros tantos que perambulam pelas ruas furtando ou se prostituindo, e os muitos que sofrem maus-tratos dentro de suas casas. Na perspectiva da efetivação dos direitos formalmente estabelecidos no ECA, considere as seguintes assertivas.

I - O ECA precisa ser reformado porque é uma legislação incompatível com o grau de maturidade política da sociedade brasileira, e uma das mudanças necessárias é a redução da maioridade penal.

II - A falta de recursos orçamentários próprios e as precárias condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares, além do fato de o ECA estar atrelado a um paradigma obsoleto de política social comprometem sua eficácia em importantes aspectos.

III - O excesso de permissividade, que estimula a transgressão juvenil, desmoraliza a Doutrina da Proteção Integral na percepção da sociedade, fator importante para a perda de legitimidade de qualquer Lei, o que conseqüentemente reduz seu potencial de eficácia.

Está correto somente o que se afirma em:

a) II; b) III; c) I e III; d) II e III; e) I e II.

5- Previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os benefícios eventuais se inscrevem no rol de provisões procedente da gestão municipal e estadual da política de assistência social, cuja responsabilidade de sua regulação ficou a cargo dos respectivos conselhos. Sobre os benefícios eventuais, é correto afirmar que

a) definidos como estratégia central e qualificada da citada lei, estão à disposição de todos os interessados.

b) devem ser ofertados pela via da composição público x privado, de modo a assegurar maior alcance e abrangência da ação.

c) se constituem um direito social legalmente assegurado aos cidadãos brasileiros no âmbito da proteção social básica.

d) possuem natureza emergencial e, apesar de sanada a dificuldade, independentemente de sua natureza, serão mantidos.

e) se destinam a todos, considerado o caráter focalista proposto como principal objetivo da assistência social.

6- O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Lei Federal n.º 8.069) reconhece esse segmento da população como sujeitos de direitos, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e determina que seus direitos devem ser garantidos com prioridade absoluta. A garantia da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais, é um direito

a) à saúde. b) à convivência. c) ao trabalho. d) ao esporte. e) ao respeito.

7 – Tendo como base o art. 5º da lei municipal nº1691 de julho de 2013, do município de Garuva/SC é correto afirmar que os benefícios eventuais oferecidos são:

I – Auxílio Natalidade;

II – Auxílio Funeral;

III- Auxílio Transporte;

IV – Auxílio Material de Construção;

V – Auxílio Alimentação;

A afirmação correta é somente:

a) I, II, IV b) I, III, IV c) I, V, III d) I, IV, V e) II, III, IV

8) Sobre o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003) que delineia as medidas específicas de proteção ao idoso, a serem aplicadas isoladas ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Onde, verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43 da mesma Lei, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, a seguinte medida:

a) abrigo em entidade e abrigo permanente.

b) encaminhamento a órgão responsável pelo tratamento de usuários de drogas ilícitas.

c) inclusão no mercado de trabalho e apoio ao empreendedorismo na terceira idade.

d) repreensão à família ou ao curador, que deverá assinar termo de responsabilidade pelo idoso.

e) orientação, apoio e acompanhamento temporários e abrigo em entidade.

9) Nos termos do que estabelece a Lei no 12.594/2012 – SINASE, é correto afirmar que:

a) se entende por programa de atendimento a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento ao adolescente.

b) o SINASE será coordenado pelos Municípios e integrado pelos sistemas estaduais por meio dos programas de atendimento ao adolescente infrator.

c) compete privativamente à União elaborar o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

d) compete aos Municípios criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

e) ao Município e ao Estado é facultativa a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos ou anexos a estabelecimentos penais.

10) O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. De acordo com o SINASE, o termo socioeducativo refere-se:

a) a medidas pedagógicas aplicadas aos jovens em conflito com a lei, especialmente a obrigatoriedade de frequência à escola.

b) à liberdade assistida imposta ao jovem que comete ato infracional.

c) ao conjunto de medidas privativas de liberdade ou não: internação e semiliberdade; liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade e internação provisória.

d) a medidas que buscam corrigir o menor infrator, por meio da prestação de serviços à comunidade.

e) ao conjunto de medidas não privativas de liberdade: liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade; e internação provisória.

11) Como o SUAS- Sistema Único de Assistência Social organiza o atendimento de proteção social? Discorra sobre o tema em 10 á 15 linhas.
